

UNIVERSIDADE

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

ECONOMIA

O QUE OS CANDIDATOS A GOVERNADOR TÊM A DIZER

KELVIN MELO E SILVANA SÁ

comunica@adufjrj.org.br

‘Todos têm projetos de governo. Nenhum tem projeto de Estado’, afirma o professor Titular da Coppe, Luiz Bevilacqua. O docente foi um dos três especialistas convidados pelo **Boletim da Adufrj** para avaliar os programas dos principais candidatos ao governo do Rio de Janeiro.

Ex-reitor da Universidade Federal do ABC, Bevilacqua analisou os programas no quesito universidade. O economista Mauro Osorio examinou os projetos para a retirada do Rio de Janeiro de sua maior crise econômica. Já o professor Fernando Rochinha, diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe, dissecou as propostas para Ciência e Tecnologia.

Apesar de a UFRJ ser uma instituição

federal, o próximo ocupante do Palácio Guanabara pode influenciar de maneira decisiva as ações da universidade, sobretudo em ciência e tecnologia. Os atrasos nos pagamentos de bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) deixam isso bem claro.

Nas próximas páginas, serão apresentadas e analisadas as formulações de Eduardo Paes, Romário Faria, Anthony Garotinho e Tarcísio Motta. São os quatro primeiros colocados na última pesquisa realizada pelo Ibope, no dia 19 de setembro. Apesar de Tarcísio estar empatado com Índio da Costa na enquete estimulada, a pesquisa espontânea indica o psolista à frente de Índio, com 3% contra 1% das intenções de voto.

Na contramão do discurso liberal de que o Estado precisa cortar gastos, o professor Mauro Osorio, da Faculdade Nacional de Direito, afirma que o

problema das finanças fluminenses é de receita: “Um exemplo é a injustiça federativa: em 2017, o Governo Federal arrecadou em torno de R\$ 145 bilhões no Rio e devolveu apenas cerca de R\$ 25 bilhões”, diz. Ele também destaca a importância de o governador trabalhar com o conceito de “complexos produtivos”, “em que grandes, médias e pequenas empresas se articulam para viabilizar adensamento produtivo”.

A questão da articulação entre áreas também preocupa o professor Rochinha, escolhido para analisar as propostas em C&T. “Os candidatos demonstram preocupação com a recuperação do aparato institucional do Estado em Ciência e Tecnologia”, mas não apresentam estratégias de articulação entre os diversos setores de C&T. “Em Minas Gerais, por exemplo, já vemos esse esforço do poder público”, completa.

[O QUE OS CANDIDATOS PROMETEM]



Coligação:
DEM, MDB,
PPS, PTB,
PHS, PV, PMN,
PP, DC, PSDB,
Solidariedade
e Avante

EDUARDO PAES (DEM)
Vice: Comte Bittencourt



Coligação:
Podemos, PR,
PPL e Rede

ROMÁRIO (Podemos)
Vice: Marcelo Delaroli



Coligação:
PRP, PMB,
PTC, Patriota
e PRB

GAROTINHO (PRP)
Vice: Leide



Coligação:
PSOL e PCB

TARCÍSIO (PSOL)
Vice: Ivanete Silva

UNIVERSIDADE

Eduardo Paes quer estabelecer um programa para recuperar as universidades públicas estaduais. Deseja retomar programas voltados ao empreendedorismo e à inovação tecnológica, por meio de parcerias entre universidades e setor privado. Pretende criar o maior "hub" de pesquisa e desenvolvimento da América do Sul.

Romário Faria quer ampliar as fontes alternativas de recursos para as universidades estaduais. Deseja integrar as instituições de ensino superior e a Faperj à gestão do estado, "servindo como centros de inteligência". Pretende aproximar as universidades das empresas privadas do estado para geração de parques tecnológicos.

Anthony Garotinho afirma que vai regularizar os repasses às universidades estaduais. Quer elevar o valor das bolsas pagas aos alunos cotistas. Promete implantar o campus definitivo da Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo). Também buscará reverter as perdas salariais de professores e técnicos-administrativos.

Tarcísio Motta garante repassar 6% das receitas líquidas para as universidades estaduais. Propõe plano de permanência para alunos cotistas. Prevê plano de carreira unificado para técnicos-administrativos e professores, com Dedicção Exclusiva para docentes. Abrirá vagas de concurso para recompor o quadro das universidades.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Restabelecer os programas e projetos de fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio. Fortalecer o ecossistema de inovação do estado do Rio de Janeiro através de parcerias com iniciativa privada, universidades, aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos, de forma alinhada com as vocações econômicas regionais.

Adequar a legislação estadual aos marcos do setor federal. Desburocratizar processos e sistemas de licitação, compra e importação de produtos destinados à pesquisa científica e tecnológica. Fomentar o desenvolvimento e a atração de empresas de base tecnológica. Aproximar as universidades públicas das empresas.

Elaborar um Plano Estadual de Metas para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Recriar o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Reorganizar e fortalecer a Secretaria Estadual de C&T e a Faperj. Repassar 2% da receita bruta do ICMS para a Faperj. Aumentar o valor de bolsas de estudo na área de Ciência e Tecnologia.

Reorientar os financiamentos da Faperj, democratizando a tomada de decisão e a prestação de contas dos recursos investidos. Fortalecer o Conselho Estadual de C&T. Elaborar editais da Faperj para apoio à pesquisa em agricultura familiar, pesca artesanal e agroecologia. Criar um Laboratório de Inovação para Mobilidade.

ECONOMIA

Revisar detalhadamente a política de incentivos fiscais no estado. Promover e facilitar o desenvolvimento da indústria 4.0, como "internet das coisas" e big data. Garantir a execução do plano de investimentos da Petrobras previstos para o Rio. Participar da articulação de questões federativas de equilíbrio fiscal.

Realizar auditoria das contas públicas. Apresentar projeto à Alerj definindo regras de responsabilidade fiscal. Definir uma política de desenvolvimento, com critérios pré-estabelecidos de concessão de benefícios fiscais. Ampliar a participação do setor privado nos investimentos. Renegociar a dívida com a União, ao lado de outros estados,

Renegociar a dívida do estado e construir uma nova solução. Suspender todos os incentivos fiscais pelo prazo de 90 dias, enquanto são avaliados seus impactos na cadeia produtiva do estado. Investir na modernização tecnológica da Receita para aumentar a arrecadação do estado e desenvolver sua gestão.

Rejeitar as políticas de austeridade fiscal que retiram direitos da população. Revisar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Cobrar da União a compensação das perdas de receita tributária decorrentes da Lei Kandir. Reestruturar a política de isenção fiscal. Desenvolver um Programa Estadual de Orçamento Participativo.

[O QUE OS PROFESSORES ANALISAM]

UNIVERSIDADE



LUIZ BEVILACQUA

Professor Emérito
da Coppe/UFRJ

“Precisamos levar em consideração que todos os candidatos ao governo do estado que lideram as pesquisas estiveram em algum momento no Executivo ou no Legislativo – municipal, estadual ou federal. Todo eleitor deve questionar o que esses candidatos fizeram enquanto representantes nessas esferas. Eles sabem que a Uerj tem um instituto que

foi completamente destruído em Nova Friburgo (por ocasião das chuvas em 2011)? Ninguém propôs sua recuperação, por exemplo. O Eduardo Paes fez o Museu do Amanhã, mas não apoiou o Museu Nacional. Todos têm projetos de governo. Nenhum tem projeto de Estado. Considerando as propostas de cada um, todos eles falam em alguma medida sobre interação entre as universidades e o setor privado, sobretudo indústrias. Mas que indústria? O único que faz uma especificação sobre as áreas prioritárias a serem estimuladas em parceria com as universidades é o Eduardo Paes. Ele elenca claramente Petróleo e Gás, Cul-

tura e Entretenimento, Indústria Naval, Logística e Turismo como setores em que o estado naturalmente tem mais chances de desenvolver políticas, por sua vocação. O Tarcísio Motta destaca a necessidade de investimentos para as instituições de ensino superior, aprofunda e detalha ações burocráticas para as universidades e carreira dos servidores, mas não apresenta em que áreas essas instituições podem cooperar com o Estado. Romário estabelece linhas muito gerais no seu programa. Garotinho teria mais condições de dizer o que fez pelas universidades, mas preferiu uma linha generalista, de lugar comum.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



FERNANDO ROCHINHA

Diretor de Tecnologia
e Inovação da Coppe

“Os principais candidatos demonstram preocupação com a recuperação do aparato institucional do estado na área de ciência e tecnologia: as universidades e a Faperj, que foram muito atingidas pela crise. Isso é louvável. Mas, além do sistema tradicional, é necessária a articulação com outros segmentos. Essa é uma questão-chave

do momento que não vi nos programas. Vemos iniciativas importantes de C&T em instituições como Firjan, Sistema S, Faperj, universidades, segmento industrial, mas o diálogo entre estes atores é muito complexo. Um agente público, com sua autoridade emanada pela sociedade, com sua capacidade de articular, é fundamental. Em Minas Gerais, por exemplo, já vemos esse esforço do poder público em fazer essa articulação, com sucesso. Do ponto de vista de elaboração, não há dúvidas de que os programas de Romário e Garotinho estão mais bem montados. Romário faz menção às em-

presas de base tecnológica. E também ao novo marco legal de C&T, mas não se aprofunda, além de falar da desburocratização, que é importante. Garotinho é o único que explicita o compromisso de repassar 2% da Receita Bruta do ICMS para a Faperj. No programa de Tarcísio Motta, destaco positivamente a sensibilidade que ele mostra com temas que não estão muito em voga em ciência e tecnologia e com a tecnologia em mobilidade urbana. Eduardo Paes claramente elegeu no seu programa de C&T a revitalização das universidades e apontou, ainda que sinteticamente, o fortalecimento do sistema de inovação.

ECONOMIA



MAURO OSÓRIO

Professor da Faculdade
Nacional de Direito e
presidente do Instituto
Pereira Passos

“Todos os candidatos falam em revisão da política de incentivos fiscais. Concordo com discutir critérios, mas esta política não afeta negativamente a receita de ICMS do estado. O problema fiscal é de carência de receita pública. Um exemplo é a injustiça federativa: em 2017, o Governo Federal arrecadou em torno de R\$ 145 bilhões no Rio de Janeiro e devolveu

apenas em torno de R\$ 25 bilhões. Tarcísio Motta está correto ao reivindicar compensações da Lei Kandir, de 1996, que diminuiu a arrecadação do estado ao retirar o ICMS sobre o petróleo. Só que seu programa gira principalmente em torno de micro e pequenas empresas. É preciso trabalhar com o conceito de "complexos produtivos", em que grandes, médias e pequenas empresas articulam-se para viabilizar adensamento produtivo no estado. Garotinho erra ao dizer que houve um inchaço da folha de pessoal. Em comparação com outros entes da federação, Rio de Janeiro e Espírito Santos são os que menos gastam

com servidores da ativa. Eduardo Paes valoriza a sua qualidade de gestor, mas deixou pesadas dívidas na Prefeitura. Um aspecto positivo do seu programa é apontar as desigualdades salariais no estado. O programa do Romário defende claramente um estado mínimo, o que dificulta uma política de redução das desigualdades sociais e territoriais. Além destes candidatos, uma proposta interessante é a de Márcia Tiburi, que propõe uma bolsa para quem cursar o ensino médio. O estado tem 500 mil jovens que nem estudam nem trabalham. A ideia da candidata vai na direção correta de atraí-los para a educação.

Distribuição de renda impulsionou economia

Na terceira aula de curso promovido pela Adufrj, professora Laura Carvalho avaliou era PT

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjrj.org.br

A distribuição de renda foi um dos elementos do crescimento econômico do Brasil no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A afirmação foi feita pela professora Laura Carvalho, durante o curso “Interpretações sobre o Brasil Contemporâneo”, promovido pela Adufrj.

Docente da Faculdade de Economia e Administração da USP, Laura lançou este ano seu primeiro livro, “Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico”, que faz um diagnóstico dos erros e acertos macroeconômicos dos governos do PT.

O estudo da professora localiza o apogeu petista entre 2006 e 2010. “Os trabalhadores beneficiados foram os de baixa escolaridade e renda de até três salários mínimos. Foram pessoas empregadas por ramos relacionados à construção civil e a serviços como restaurante e salões de beleza”, explica. O “milagrinho”, segundo a autora, se caracterizou por uma distribuição “muito além dos programas sociais como Bolsa Família e da valorização do salário mínimo”. Foi fruto também de uma forte política de investimentos em infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento, por exemplo) e de crédito, com grande efeito multiplicador na geração de emprego e de renda.

Laura refuta as teses de que o PT apenas surfou na combinação favorável da estabilização econômica (inflacionária e cambial), anterior ao governo, com um cenário internacional propício à exportação das *commodities* brasileiras, sobretudo para a China. Mas ela também discorda de que a crise atual não tem relação com erros macroeconômicos das últimas gestões petistas. “A partir de Dilma, temos uma agenda marcada por isenções fiscais para setores específicos que não dão o retorno esperado”, analisa.

PROGRAMAÇÃO ATÉ OUTUBRO

Laura foi a palestrante convidada para ministrar a segunda aula do curso da Adufrj, no dia 15. No sábado, 22, é a vez do diretor do Instituto de Economia da UFRJ, David Kupfer, no auditório da Casa da Ciência. A programação segue até outubro.

ENTREVISTA | LAURA CARVALHO PROFESSORA DA FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA USP

■ Que lições a experiência petista deixa em relação à política econômica?

● Que o combate às desigualdades e a distribuição de renda, mas também o acesso a infraestrutura e a serviços públicos em geral, podem funcionar como importantes motores de crescimento da economia e da geração de empregos. E que continuam sendo a melhor alternativa para que a gente saia da mais lenta recuperação da história das crises. Essa agenda acabou se perdendo nos últimos anos quando, na verdade, foi feito o contrário. Está se retirando o acesso a serviços públicos e se ampliando desigualdades nas suas mais diversas dimensões.

■ Qual a perspectiva de crescimento diante da Emenda Constitucional 95?

● Todos os estudos feitos até agora mostram que o teto de gastos não vai



FERNANDO SOUZA

conseguir ser cumprido. Independente se isso está ou não no programa do candidato, o fato é que esse governo deixou uma bomba-relógio para 2019: cumprir o teto significaria paralisar a máquina pública. Sabemos que isso vai ter que ser substituído por um outro tipo de regra, talvez mais realista. A questão

que fica é o que vem no lugar. É muito importante o debate na universidade e na sociedade para que a nova regra não tenha as mesmas características.

■ As candidaturas colocadas apresentam alternativas mais promissoras de ajuste?

● Houve, pelo menos dentro dos programas econômicos, uma atenção especial para a questão da reforma tributária. Ou seja, o reconhecimento da necessidade de mudar a forma como atualmente o orçamento público acaba concentrando renda na hora que está taxando relativamente mais os mais pobres. E menos aos mais ricos. No momento que isso ganha centralidade em todas as plataformas, já há um entendimento da importância de tornar o orçamento público o mais redistributivo possível, para que ele passe a atuar como um novo motor de retomada de crescimento de longo prazo.



FOTOS: FERNANDO SOUZA



RECURSOS DO PRÉ-SAL em debate.

Luiz Pinguelli Rosa (esq.), Roberto Leher, Arthur Raguso e Guilherme Estrella discutem o tema na Coppe

“O que está em jogo é o modelo do Estado”

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

O volume de recursos que gira em torno da área do petróleo e gás é muito grande. Há muitas possibilidades para saúde, educação. Será que queremos atender apenas a acionistas? A indagação é do professor Ildo Sauer, ex-diretor executivo da Petrobras, que participou

do seminário “Política do Petróleo, Educação, Ciência, Tecnologia e Saúde”. O debate, idealizado pela reitoria, Adufrj, DCE Mário Prata e Sintufjrj, foi realizado dia 18, na Coppe.

O professor Nelson Souza e Silva, Emérito da Faculdade de Medicina, abriu o encontro. “A descoberta do pré-sal gerou esperança de um novo patamar no desenvolvimento do país. Mas, ano a ano, as legislações sobre o tema vêm sendo

muito modificadas, de forma que ao invés de termos mais recursos, estamos perdendo recursos importantes para o desenvolvimento nacional”, afirmou.

O sensível momento político do país influenciou a discussão na Coppe. “Este debate acontece num momento em que os rumos precisam ser repensados e o período eleitoral nos permite pensar estes cenários. Hoje, vivemos profundos cortes em áreas sociais e os recursos do pré-sal podem alterar a escala de investimentos na educação”, disse o reitor Roberto Leher.

O ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Guilherme Estrella, também analisou o momento político. “Estamos diante de dois projetos: um é de um país submisso, alinhado ao sistema financeiro internacional, racista, escravagista. O outro prevê o fortalecimento de um país soberano, cujo povo usufrua das riquezas nacionais”, comparou.

Emérito da Coppe, o professor Luiz Pinguelli Rosa criticou a atual orientação de negócios realizada pela Petrobras. “Pelo seu novo Plano de Negócios e Gestão, haverá a retirada integral da companhia do setor de biocombustível. A Petrobras está na contramão da história. Outras empresas produtoras de petróleo e gás estão justamente investindo em biocombustíveis”, afirmou.

A segunda mesa do seminário contou com a participação do professor Eduardo Costa Pinto e da professora Esther Dweck, ambos do Instituto de Economia da UFRJ. Costa Pinto salientou que o projeto de desenvolvimento do país, iniciado em 2003, começou a ser desmontado ainda em 2010. “Pela primeira vez vi um país dar subsídio para empresa estrangeira explorar e criar empregos para fora do país”, lembrou.

Já a economista Esther Dweck focou no novo regime fiscal que impõe limite para a destinação de recursos para as áreas sociais. “A Emenda Constitucional 95 tende a impor cortes no orçamento discricionário, que são os gastos não obrigatórios, como investimentos na área de Ciência e Tecnologia, por exemplo. A tendência é termos zero recursos discricionários nos próximos anos, caso não seja revogada a emenda”, alertou a professora. “O que está em jogo é o modelo de financiamento do Estado, com imposição de cortes absurdos em áreas fundamentais, acabando com nossa capacidade de tornar a sociedade mais igualitária”, completou.

Diretoria faz plantão sobre planos de saúde

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

A vice-presidente da Adufrj e especialista em planos de saúde, professora Ligia Bahia, fará dois plantões para tirar dúvidas dos associados sobre os convênios da SulAmérica oferecidos pela entidade. As reuniões serão nas próximas duas segundas-feiras, dias 24 de setembro e 1º de outubro, das 13h às 17h. Não é necessário agendamento.

Ligia Bahia adianta que os planos mais caros – com maior garantia e abrangência de cobertura – são o especial ou o executivo sem coparticipação. As principais diferenças entre eles são a possibilidade de ir a médicos sem convênio e receber um valor mais elevado de reembolso e o acesso a hospitais considerados de excelência.

“O plano especial com reembolso de 2,9 do valor base da consulta é suficiente para um atendimento qualificado com médicos de excelente padrão”, observa Ligia. Já o plano “clássico” com coparticipação, segundo a diretora, oferece uma cobertura razoável, de quarto particular com atendimento ambulatorial e hospitalar por um preço menor.

“Os planos não são o que gostaríamos, mas são as melhores opções disponíveis”, destaca Ligia. “Na plenária com os associados, identificamos que, apesar de a proposta não ser o ideal, era a alternativa com menos perdas. Nosso compromisso é acompanhar o assunto”.

PLANOS MAIS ABRANGENTES

Quarto particular	Especial 100 Adesão Trad. 16 f			Executivo Adesão Trad. 16 f		
Registro ANS	AHO QP 476.937/16-6			AHO QP 476.934/16-1		
Até 18 anos	393,96	411,53	475,16	788,87	946,15	1.035,87
De 19 a 23 anos	542,55	566,76	654,38	1.086,43	1.303,05	1.426,60
De 24 a 28 anos	589,33	615,6	710,79	1.180,08	1.415,37	1.549,58
De 29 a 33 anos	699,29	730,48	843,42	1.400,29	1.679,47	1.838,71
De 34 a 38 anos	762,92	796,95	920,17	1.527,72	1.832,30	2.006,05
De 39 a 43 anos	844,48	882,15	1.018,55	1.691,04	2.028,18	2.220,50
De 44 a 48 anos	964,99	1.008,03	1.163,88	1.932,33	2.317,60	2.537,36
De 49 a 53 anos	1.186,84	1.239,78	1.431,46	2.376,59	2.850,42	3.120,69
De 54 a 58 anos	1.477,74	1.543,63	1.782,32	2.959,08	3.549,05	3.885,57
A partir de 59 anos	2.363,56	2.468,97	2.850,71	4.732,89	5.676,54	6.214,80
Reembolso da consulta	216,31	253,61	380,41	484,84	596,72	820,49
Valor do múltiplo	2,9	3,4	5,1	6,5	8,0	11,0

PLANO CLÁSSICO

Quarto particular	SEM COPARTICIPAÇÃO	COM COPARTICIPAÇÃO*
Até 18 anos	325,89	277,00
De 19 a 23 anos	448,81	381,49
De 24 a 28 anos	487,51	414,37
De 29 a 33 anos	578,47	491,71
De 34 a 38 anos	631,1	536,47
De 39 a 43 anos	698,58	593,79
De 44 a 48 anos	798,27	678,52
De 49 a 53 anos	981,8	834,52
De 54 a 58 anos	1.222,43	1.039,06
A partir de 59 anos	1.955,21	1.661,92
Reembolso da consulta	179,02	179,02
Valor do múltiplo	2,4	2,4

*Com atendimento ambulatorial e hospitalar

Preços dos Planos apenas com internação hospitalar são 40% menores

A sede da Adufrj fica Prédio do CT bloco D, sala 200, Cidade Universitária.

SINTUFRJ E ADUFRJ PARTICIPAM DO FESTIVAL MUSEU NACIONAL VIVE

Professores e técnicos da UFRJ estão empenhados em traçar estratégias para defender a universidade, após o desastre sofrido com o incêndio do Museu Nacional, dia 2. Em reunião no Espaço Cultural do Sintufrj, na quarta-feira, 19, representantes do sindicato de técnicos e da Adufrj debateram formas de valorização da universidade. “A ciência que

produzimos sai na mídia todos os dias. Mas precisamos mostrar tudo que a universidade faz. Que dá boas aulas, que forma bons professores”, afirmou Tatiana Sampaio, diretora da Adufrj. No fim de semana, dias 22 e 23, diretores das duas entidades participarão do Festival Museu Nacional Vive, na Quinta da Boa Vista. O evento é gratuito e aberto ao público.

No sábado e no domingo, das 10h às 17h, haverá exposição dos trabalhos dos departamentos de Paleontologia, Antropologia Social e Zoologia. Parte do acervo que sobreviveu à tragédia ficará exposta para a população. Toda comunidade - interna e externa à UFRJ - poderá participar também de plenárias para debater o futuro do Museu.

NOTA DA DIRETORIA

CRÍTICAS ENVIESADAS

ANDRÉ HIPPERTT

O incêndio do Museu Nacional ocorrido no início do mês foi debelado, mas deixou sequelas para além da destruição física de um prédio e acervos preciosos. Trouxe de volta a velha polêmica sobre a ineficiência do setor público. Setores sempre contrários às universidades públicas se animaram. A vetusta e falaciosa argumentação sobre gastos excessivos e má gestão emergiu da fumaça. Universidades de países com distintas tradições acadêmicas são avaliadas por um conjunto de indicadores, incluindo a produção de pesquisas (número de artigos) e sua qualidade (impacto de citações e número de artigos altamente citados), produção educacional (proporção de docentes em tempo integral e alunos graduados) e despesas.

O PRINCIPAL DIFERENCIAL para que uma universidade seja bem avaliada é sua dimensão institucional. Ou seja, o número de professores e alunos determina a produção de pesquisa e a alocação de recursos para educação e pesquisa refletem-se no bom desempenho da pesquisa. Desde sua fundação, a UFRJ está bem situada nos rankings internacionais, o aumento do número de alunos e professores foi simultâneo ao de sua produção científica. Para o Brasil, um país que ainda permanece às voltas com necessidades de garantia do acesso ao ensino superior e geração de alternativas para mudanças em seus padrões de produção e consumo de bens e serviços, universidades públicas dotadas de corpo docente qualificado são estratégicas.

OS MELHORES PROFISSIONAIS de diferentes áreas de atuação foram e são formados por universidades públicas. A ciência e tecnologia incorporadas em diversas cadeias produtivas são dinamizadas por professores e alunos de graduação e pós-graduação. Estudos sobre a sociedade, economia, cultura e história têm sido nucleados por pesquisadores das grandes universidades



brasileiras. É por isso que a população sempre que consultada indica sua concordância com a expansão dos gastos públicos com educação, inclusive universitária. Sabe-se que, sem universidade pública, o futuro do Brasil é o retorno ao passado de um país pobre, injusto, agrário-exportador, com mínimas de chances de futuro.

A IDEIA DE RESTRINGIR o direito à educação não conta com apoio social, é antidemocrática. A UFRJ tem muitos e intrincados problemas. Suas unidades acadêmicas, hospitais, bibliotecas, centros culturais e o Museu Nacional foram vinculados à universidade ao longo do tempo. A gestão desse conjunto rico e heterogêneo de acervos e conhecimentos é em si desafiante. Desde 2015, os recursos de custeio e investimentos foram cortados. Definir a prioridade entre tantas prioridades, alocar acertadamente os recursos de custeio e investimentos os recursos de custeio e investimentos é responsabilidade da UFRJ. Provimento de concursos, definição de salários e produção de informações sobre gastos com servidores públicos federais são atribuições que extrapolam

as fronteiras da universidade. Mudanças, para ampliar o direito à educação exigem redefinição de responsabilidades e sempre mais transparência. Salários dos professores e a execução orçamentária são informações oficiais e disponíveis.

NÚMEROS PODEM SER consultados, serão interpretados com menos ou mais acurácia se os pressupostos sobre a relevância ou inutilidade das universidades públicas forem desvelados. Outros números evidenciam a disposição de ampliar o patrimônio científico público. O incêndio também revelou o imenso apreço nacional e internacional pela universidade pública. O debate sobre a ampliação da universidade pública não é apenas uma escolha técnica. Os que querem expandir grupos educacionais privados julgam que o Brasil não precisa formar “doutores”. Podem pagar o estudo de seus filhos fora e insistem em retroceder na compreensão sobre a inextrincável associação entre educação e democracia.

DIRETORIA DA ADUFRJ

AduFRJ

NAS ELEIÇÕES 2018

O processo que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff evidenciou a interferência do Judiciário nos rumos da política nacional. A judicialização na esfera estadual é menos acentuada, prevalecendo a disputa de projetos de governo. Para analisar os cenários nacional e estadual, a Adufrj convidou dois especialistas da UFRJ. A professora Margarida Lacombe Camargo, da Faculdade Nacional de Direito, aponta ações políticas do Legislativo federal que repercutem no quadro eleitoral nacional. Já Mauro Osório, também professor da FND, indica falhas nos programas dos quatro candidatos ao governo do Rio mais bem posicionados nas pesquisas. Boa leitura!

Artigo

MARGARIDA LACOMBE CAMARGO

Professora Associada da Faculdade Nacional de Direito – UFRJ



ARQUIVO PESSOAL

A politização do Poder Judiciário

O protagonismo do Poder Judiciário, notadamente do Supremo Tribunal Federal, tem levado ao uso corriqueiro de expressões como “judicialização da política”, “ativismo judicial” e “politização do judiciário”. São fenômenos, contudo, que não se confundem. Judicializar é provocar a ação do Poder Judiciário para a proteção de um direito e nada de estranho há nisso. Judicializar a política é quando existe descontentamento na ação dos poderes Executivo e Legislativo, direitos fundamentais estão envolvidos e o Judiciário é chamado a decidir. Também, em princípio, nada de errado há nisso. Ainda que o Direito deva ser seguido. O problema está no uso que se faz desse poder.

Na semana passada, por exemplo, o STF apreciou a questão do ensino domiciliar. Matéria prevista na Constituição e regulamentada pela LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Não obstante, o Relator do caso pretendia substituir-se ao legislador ordinário dispendo sobre se, e como,

deveria agir a administração pública nos casos da opção da família pelo ensino domiciliar, que ele entendia possível. É um caso típico de ativismo judicial, mesmo que não tenha prosperado. O Relator foi vencido pela maioria da Corte que entendeu necessária a participação do Estado no processo educacional, diante do que prevê a Constituição e a legislação em vigor.

Em que pese uma eventual coincidência ideológica, entre o teor das decisões do STF e o que os partidos políticos defendem, não se trata, propriamente, da politização do Judiciário. Podemos dizer que um Ministro tem posições mais liberais do que outros, mas isso porque a Constituição é uma lei de conteúdo político, com normas abertas, a permitir, não raramente, interpretações distintas, ainda que esse foje ao campo judicial, propriamente dito, são os julgamentos que, sabida e estrategicamente, afetam os mecanismos de expressão da soberania popular, interferindo em situações concretas de processos em curso. Temos visto

tribunais valerem-se dos casos que devem apreciar para influírem na política nacional. Os exemplos são muitos: o recebimento seletivo de denúncias de políticos na Operação Lava Jato; a celeridade no julgamento de alguns políticos, como o do ex-Presidente Lula pelo TRF4, para impedir o quanto antes a sua candidatura; o não julgamento das ADCs 43, 44 e 54 sobre a presunção de inocência; a celeridade do julgamento sobre a campanha política do PT, pelo TSE; o encaminhamento a Plenário do HC preventivo do ex-presidente Lula, para não falar do retardamento do STF em receber a denúncia e afastar o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, viabilizando a deflagração do Impeachment contra a ex-presidenta Dilma. São ações conduzidas pelo Ministério Público e pelos tribunais que interferem, diretamente, no processo eleitoral, afetando a expressão da soberania popular. E o que é pior: quando interpretadas em conjunto, retratam uma série de práticas que visam a minar e a fragilizar um determinado campo político.

Artigo

MAURO OSORIO

Professor da Faculdade Nacional de Direito e Presidente do Instituto Pereira Passos

O Futuro do Rio

NO DEBATE SOBRE O FUTURO do Rio de Janeiro, o professor Mauro Osorio destaca os aspectos abaixo, em avaliação feita a pedido da Adufrj.

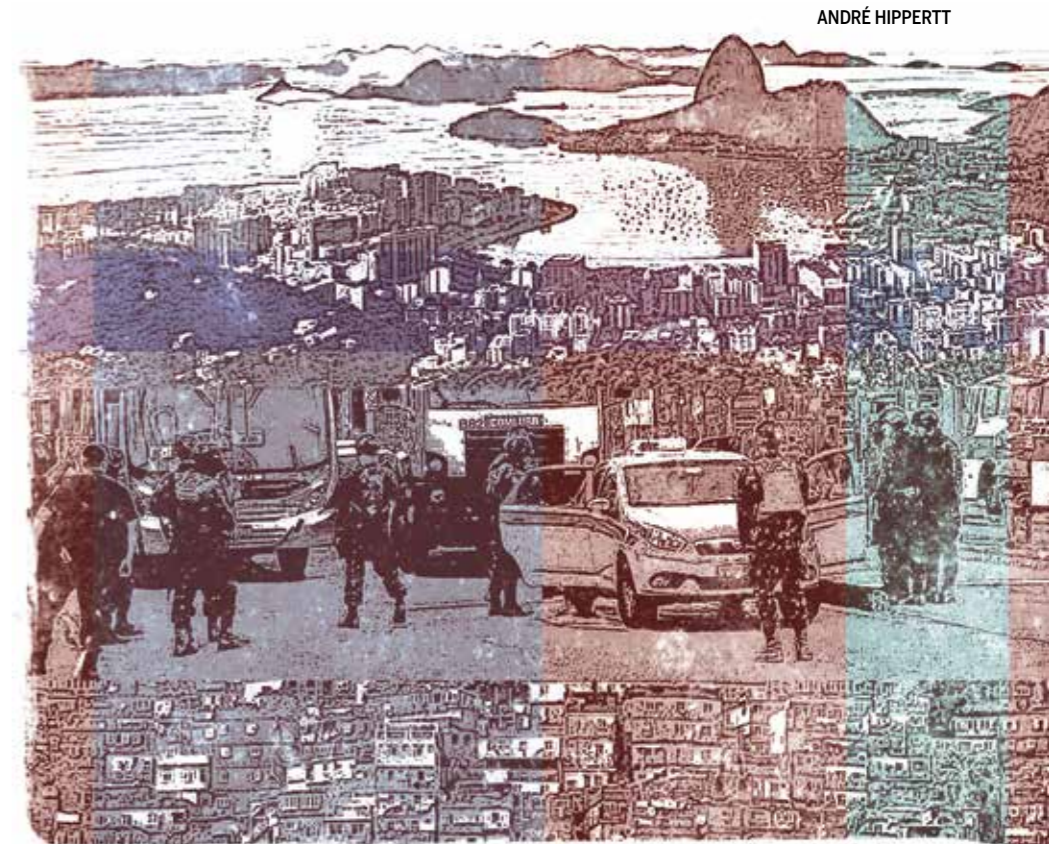
UM DELES É A QUESTÃO de planejamento e coordenação de políticas. Por que isso é importante? Porque pensar em como recuperar o estado passa necessariamente por ter um diagnóstico correto dos problemas a serem superados. Passa por priorizar o planejamento e a integração de políticas públicas. Não adianta fazer uma política de saúde separada da educação, não adianta ter uma política de transporte sem pensar qual a política de emprego. Também tem que pensar moradia com emprego e assim por diante.

PARA SE TER TRANSPARÊNCIA orçamentária, como está colocado em alguns programas dos candidatos, é necessário que isso se dê não só do ponto de vista setorial, observando-se quanto se está gastando em Saúde, Segurança, Meio ambiente etc. É importante ter também o orçamento territorializado. Quanto se está gastando em Belford Roxo, Pavuna, Leblon, Ipanema, Niterói? Você joga luz em desigualdades territoriais absurdas. Por que há muito mais policiais na zona sul do Rio do que em Queimados? Em Botafogo, você tem uma taxa anual de homicídios de 4 para cada 100 mil habitantes. Em Queimados, a taxa é de 140. Uma política pública tem que ser distributiva, do ponto de vista social e territorial. Em alguns planos de governo, existe a ideia da criação de conselhos de desenvolvimento por região do estado. Mas o orçamento territorializado não aparece.

TAMBÉM TEMOS QUE DAR destaque à região mais complexa do estado. Qual a região mais complexa do estado do Rio de Janeiro? É a periferia metropo-



KELVIN MELO



ANDRÉ HIPPERTT

litana. Por exemplo, foram divulgados há pouco os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2017. O estado não tem nenhum município com mais de 100 mil habitantes entre os dez melhores das regiões Sul e Sudeste. Mas, entre os dez piores do Sul/Sudeste, nove são da periferia da Região Metropolitana do Rio. O décimo também é do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes.

POR QUE O RIO FOI DE LONGE o que mais sofreu com a crise? Um aspecto central são as especificidades do marco de poder no Rio de Janeiro. Nenhuma região sofreu com o golpe de 64 e as cassações como o Rio de Janeiro. Isto abriu espaço para uma hegemonia política no Rio de Janeiro particularmente clientelista e que foi desestruturando

o setor público da região. Qual estado tem atualmente um ex-governador preso, os três principais líderes da Assembleia Legislativa também presos e quase todos os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado afastados?

DESIGUALDADE SALARIAL. Alguns programas falam que é importante olhar a desigualdade entre salários, mirando os servidores. Faltou dizer que as maiores desigualdades estão no Legislativo, no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, Ministério Público estadual e Defensoria estadual. Se olharmos os gastos setoriais, vamos ver que o estado do Rio, por habitante, gasta bem mais do que São Paulo e Minas Gerais com as atividades vinculadas ao Judiciário e ao Legislativo. E gasta menos em Saúde e Educação, por habitante.

TALISMÃ

“Toda a minha vida de produção e orientação científica foi no Museu. Meu envolvimento é com cada pedacinho do palácio. É um momento muito duro, mas de muita solidariedade.”

VERA HUSZAR

Professora Titular do Museu Nacional



AS VERDADEIRAS JOIAS DO MUSEU SÃO AS PESSOAS

KATHLEN BARBOSA

kathlen@adufRJ.org.br

O Museu Nacional é literalmente a segunda casa de Vera Huszar. Dos seus 67 anos, 40 são dedicados a pesquisas e ensino no antigo palácio imperial. Hoje professora Titular, ela ingressou em 1979. “Toda a minha vida de produção e orientação científica foi aqui”, diz a docente, primeira personagem da série “Talismã”, publicada a partir desta edição no **Boletim da Adufrj**. A ideia é homenagear e resgatar as histórias das pessoas que dedicam suas vidas ao Museu. “Eles são

o nosso maior patrimônio. Perdemos parte da construção, mas os cérebros continuam contribuindo para a nação”, resume o diretor Alexander Kellner.

Vera Huszar se emociona ao contar sua trajetória. “Meu envolvimento é com cada pedacinho do palácio”, destaca. “Foi uma perda enorme de um acervo insubstituível”, lamenta.

Graduada em Licenciatura em História Natural, pela Universidade Católica de Pelotas, Vera é mestre em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Tem pós-douto-

rado no *Institute of Ecosystem Studies*, em Nova York.

Além de pesquisadora de Ecologia Aquática, ela é presidente da Associação Amigos do Museu Nacional, organização sem fins lucrativos criada em 1937 para apoiar projetos de conservação, educação, ciência e cultura do espaço.

Apesar da dor pela tragédia, a professora enfatiza a solidariedade para superar a crise. “É um momento muito duro, mas de muita solidariedade, de receptividade e acolhimento”, conta.

E indica os passos para seguir em frente: “O museu tem muitas parcerias internacionais, produção acadêmica relevante, coleções importantíssimas e únicas”, afirma. O futuro, para ela, será um cenário de descobertas. “Buscaremos repor o que foi perdido, mas, certamente, será um novo museu. O prioritário é estarmos juntos geograficamente e retomarmos nossa rotina acadêmica”, defende. (Colaborou Larissa Caetano)

KELLNER: “PRECISAMOS DESSE TERRENO”

■ O governo federal anunciou a doação de um terreno ao lado da Quinta da Boa Vista para o Museu Nacional. A área tem 49 mil metros quadrados e já abrigou as antigas cavalariças imperiais. A direção pleiteia o espaço desde o ano passado, mas só agora a Secretaria de Patrimônio da União acatou o pedido. Devido à restrição de distribuição de bens durante o período eleitoral, o local será concedido temporariamente, com a promessa de doação. Segundo a assessoria de

imprensa da Secretaria, o espaço está desocupado e sua destinação – que atualmente é moradia – está sendo modificada. Ainda não há previsão da entrega definitiva do terreno ao museu. Durante a concessão temporária, a ocupação se dará por contêiner para abrigar o setor administrativo, gabinetes, salas e uma espécie de guarda de acervo. Alexander Kellner, diretor do Museu Nacional, afirma que terreno possibilitará uma “extensão” do parque da Quinta da Boa Vista, com atividades para o público.

O imóvel fica localizado em frente ao Corpo de Bombeiros, na Rua Bartolomeu Gusmão, no bairro de São Cristóvão. Para o diretor, a continuidade das atividades realizadas pelo Museu Nacional depende deste espaço: “Sem esse terreno, a instituição acaba”, afirma.

No dia 19, o MEC autorizou a liberação de R\$ 8,5 milhões para a reconstrução do Museu. O dinheiro faz parte dos R\$ 10 milhões prometidos após o incêndio. **(Larissa Caetano)**